

**DOCUMENTO ORIENTADOR PARA A REALIZAÇÃO DAS CONFERÊNCIAS
PREPARATÓRIAS LOCAIS, ESTADUAIS, LIVRES E DO DISTRITO
FEDERAL, PARA A 4ª CONFERÊNCIA NACIONAL DOS DIREITOS DAS
PESSOAS LGBTQIA+**



SUMÁRIO

| | |
|--|----|
| COMPOSIÇÃO DO CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DAS PESSOAS LGBTQIA+ - BIÊNIO 2023/2025 | 5 |
| REPRESENTAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL | 5 |
| REPRESENTAÇÕES DO PODER PÚBLICO | 7 |
| ENTIDADES E ÓRGÃOS CONVIDADOS | 9 |
| 1. APRESENTAÇÃO | 11 |
| 2. SOBRE A 4ª CONFERÊNCIA NACIONAL DOS DIREITOS DAS PESSOAS LGBTQIA+ | 14 |
| 2.1 TEMA E OBJETIVOS | 14 |
| 2.2 EIXOS TEMÁTICOS | 14 |
| 2.2.1 Eixo 1: Enfrentamento à violência LGBTQIA+ | 14 |
| 2.2.2 Eixo 2: Trabalho digno e geração de renda à população LGBTQIA+ | 16 |
| 2.2.3 Eixo 3: Interseccionalidade e internacionalização | 16 |
| 2.2.4 Eixo 4: Institucionalização da Política Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+ | 17 |
| 3. ETAPAS PREPARATÓRIAS | 18 |
| 3.1 Conferências Locais | 19 |
| 3.2 Conferências Estaduais e do Distrito Federal | 21 |
| 3.3 Conferências Livres | 23 |
| 4. PARTICIPANTES | 23 |
| 4.1 DETALHAMENTO POR ESTADO | 31 |
| 4.1.1 Acre | 31 |
| 4.1.2 Alagoas | 31 |
| 4.1.3 Amapá | 32 |
| 4.1.4 Amazonas | 32 |
| 4.1.5 Bahia | 33 |
| 4.1.6 Ceará | 33 |
| 4.1.7 Distrito Federal | 34 |
| 4.1.8 Espírito Santo | 34 |
| 4.1.9 Goiás | 35 |
| 4.1.10 Maranhão | 35 |
| 4.1.11 Mato Grosso | 36 |
| 4.1.12 Mato Grosso do Sul | 36 |

| | |
|--|----|
| 4.1.13 Minas Gerais | 37 |
| 4.1.14 Pará | 37 |
| 4.1.15 Paraíba | 38 |
| 4.1.16 Paraná | 38 |
| 4.1.17 Pernambuco | 39 |
| 4.1.18 Piauí | 39 |
| 4.1.19 Rio de Janeiro | 40 |
| 4.1.20 Rio Grande do Norte | 40 |
| 4.1.21 Rio Grande do Sul | 41 |
| 4.1.22 Rondônia | 41 |
| 4.1.23 Roraima | 42 |
| 4.1.24 Santa Catarina | 42 |
| 4.1.25 São Paulo | 43 |
| 4.1.26 Sergipe | 43 |
| 4.1.27 Tocantins | 44 |
| 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS | 44 |
| APÊNDICE 1 - DICAS PARA A ORGANIZAÇÃO DAS ETAPAS | 45 |

MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA

Ministro de Estado

Silvio Almeida

Secretária Executiva

Rita Cristina de Oliveira

Secretária Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+

Symmy Larrat

Secretária Executiva do Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+

Bel Sá

Coordenador do Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+

Jackson Douglas Alves Feitosa

Assessora Técnica do Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+

Marileia Goin

Assistente Administrativa do Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+

Thamynny Santos da Silva

Assistente Administrativo do Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+

Rommeine Santos de Andrade

Elaboração e revisão

Bel Sá

Jackson Douglas Alves Feitosa

Marileia Goin

Thamynny Santos da Silva

COMPOSIÇÃO DO CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DAS PESSOAS LGBTQIA+ - BIÊNIO 2023/2025

REPRESENTAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL

Aliança Nacional LGBTI

Titular: Claudio Nascimento

Suplente: Rafaelly Wiest da Silva

Articulação Brasileira De Gays (ARTGAY)

Titular: José Felipe dos Santos

Suplente: Delmiro José Carvalho Freitas

Articulação Brasileira de Jovens Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ART JOVEM LGBT)

Titular: Denise Santos Soares

Suplente: Natalia Caroline Martins Garcia Pereira

Articulação Brasileira de Lésbicas (ABL)

Titular: Ione Batista Lidgren

Suplente: Ana Carolina dos Santos Nascimento

Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos (ABGLT)

Titular: Deborah Sabará Alves da Silva

Suplente: Marcone Costa de Menezes

Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais (ABONG)

Titular: Keila Simpson

Suplente: Juliane Cintra de Oliveira

Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED)

Titular: Marco Antonio Torres

Suplente: Zuleide Paiva da Silva

Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA)

Titular: Bruna Benevides

Suplente: Alana Helena Bispo dos Santos

Central Única dos Trabalhadores CUT (Coletivo LGBT)

Titular: Walmir Siqueira

Suplente: Clau Lopes

Coletivo LGBTI+ Sem Terra

Titular: Aline Luana de Oliveira Chaves

Suplente: Dê Silva

Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE)

Titular: Zezinho Prado

Suplente: José Christovam de Mendonça Filho

Fórum Nacional de Travestis e Transexuais Negras e Negros (FONATRANS)

Titular: Jovanna Cardoso da Silva

Suplente: Natasha Wonderfull da Silva

Instituto Brasileiro de Transmasculinidades (IBRAT)

Titular: Fabian Algarte da Silva

Suplente: Enzo Gael Loureiro Gomes

Liga Brasileira de Lésbicas (LBL)

Titular: Amélia Tereza Santa Rosa Maraux

Suplente: Léo Ribas

Mães da Resistência

Titular: Gírlayne Carvalho Machado

Suplente: Melyssa Fonseca de Miranda Chaves

Rede Nacional de Lésbicas e Bissexuais Negras Feministas (CANDACES)

Titular: Rivania Rodrigues da Silva

Suplente: Karoline Soares Chaves

Rede Nacional de Negras e Negros LGBT (REDE AFRO)

Titular: Janaina Barbosa de Oliveira

Suplente: Washington Luiz Santos do Nascimento Dias

RENOSP-LGBTI

Titular: Anderson Cavichioli

Suplente: Carlos Diego Peixoto de Souza

União Nacional LGBT

Titular: Fernanda Costa de Lima

Suplente: André da Silva Lopes

REPRESENTAÇÕES DO PODER PÚBLICO

Advocacia-Geral da União

Titular: Viviane Gama Neves

Suplente: Arthur Cristovão Prado

Casa Civil da Presidência da República

Titular: Débora Nogueira Beserra

Suplente: Mariana Siqueira de Carvalho Oliveira

Ministério da Cultura

Titular: Allison da Silva Pereira

Suplente: Mariana Braga Teixeira

Ministério da Educação

Titular: Maraísa Bezerra Lessa

Suplente: Laura Eli Padilha de Souza

Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos

Titular: Vitor Marcelo Almeida

Suplente: Danilo Marasca Bertazzi

Ministério da Igualdade Racial

Titular: Ronaldo Adriano Fiuza Cardoso

Suplente: Hiris de Paulo Martins

Ministério da Justiça e Segurança Pública

Titular: Sheila Santana de Carvalho

Suplente: Vinicius Machado Cursino

Ministério da Previdência Social

Titular: Amanda Anderson de Souza

Suplente: Renata Magioli Santos

Ministério da Saúde

Titular: Katia Maria Barreto Souto

Suplente: Lilian Silva Gonçalves

Ministério do Desenvolvimento Social, Família e Combate à Fome

Titular: Adelaide Suely de Oliveira

Suplente: Luiza Lobato Andrade

Ministério do Planejamento e Orçamento

Titular: Danyel Iório de Lima

Suplente: Henrique Pimentel Filho

Ministério do Trabalho e Emprego

Titular: Anatalina Lourenço da Silva

Suplente: Raimundo José da Silva

Ministério dos Povos Indígenas

Titular: Juma Xipaia

Suplente: Larissa Pankararu

Ministério do Turismo

Titular: Laís Campelo Corrêa Torre

Suplente: Rafaela Levay Lehmann

Ministério das Cidades

Titular: Marilda Oliveira de Britto Cohen

Suplente: Sem suplência

Ministério das Mulheres

Titular: Maria Luiza Rodrigues de Aquino

Suplente: Isis Dantas Menezes Zornoff Taboas

Ministério das Relações Exteriores

Titular: Nathanael de Souza e Silva

Suplente: Eduardo da Rocha Modesto Galvão

Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania

Titular: Symmy Larrat Brito de Carvalho

Suplente:

Secretaria Nacional de Juventude da Secretaria-Geral da Presidência da República

Titular: Nilson Florentino Júnior

Suplente: Isabella Silva Ferreira

ENTIDADES E ÓRGÃOS CONVIDADOS

Ordem dos Advogados do Brasil

Titular: Amanda Souto Baliza

Suplente: Rogério Alves Dias

Conselho Federal de Serviço Social - CFESS

Titular: Agnaldo Engel Knevez

Suplente: Emily Pereira Marques

Conselho Federal de Psicologia

Titular: Roberto Chateaubriand Domingues

Suplente: Carla Isadora Barbosa Canto

Conselho Nacional de Justiça

Titular: Marcel da Silva Augusto Corrêa

Suplente: Karen Luise Vilanova Batista de Souza

Defensoria Pública da União

Titular: Emanuel Adilson Gomes Marques

Suplente: Simone Castro Feres de Melo

Ministério Público Federal

Titular: Lucas Costa Almeida Dias

Suplente: Nathalia Mariel Ferreira de Souza Pereira

Ministério Público do Trabalho

Titular: Eduardo Varandas Araruna

Suplente: Rogério de Almeida Pinto Guimarães

1. APRESENTAÇÃO

As Conferências são espaços de participação social na formulação, monitoramento e avaliação de políticas de promoção e defesa dos direitos das pessoas LGBTQIA+, por intermédio do diálogo entre o poder público, sociedade civil organizada e demais pessoas interessadas na agenda.

A 4ª Conferência Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+ e suas etapas preparatórias (locais, estaduais, livres e do Distrito Federal) representam importantes marcos históricos na participação e no controle social da população LGBTQIA+, após a sua suspensão em 2018. Ademais, a criação do Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+, em 6 de abril de 2023, pelo Decreto nº 11.471, traduziu a retomada da democracia participativa LGBTQIA+, ao estabelecer este como um órgão colegiado de natureza consultiva e deliberativa que tem por finalidade colaborar na formulação e no estabelecimento de ações, de diretrizes e de medidas governamentais referentes às pessoas lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, queers, intersexos, assexuais e outras.

Nesse sentido, a processualidade de realização da 4ª Conferência Nacional prevê que a construção da agenda a ser debatida entre os dias 14 e 18 de maio de 2025 inicie de forma descentralizada, de modo que as discussões de caráter nacional sejam representativas das demandas, anseios, perspectivas e expectativas dos diferentes estados brasileiros, que nas suas particularidades apresentam questões singulares ao seu território e à sua formação social, política, econômica e cultural.

Assim, as orientações aqui dispostas tem o objetivo de iniciar o diálogo com os municípios, os estados e a sociedade civil na convocação das Conferências Locais, Estaduais, Livres e do Distrito Federal, as quais ocorrerão, conforme Decreto nº 11.848, de 26 de dezembro de 2023, entre 02 de janeiro e 30 de junho de 2024, entre 1º de julho de 2024 e 28 de fevereiro de 2025, e entre 1º de novembro de 2024 e 28 de fevereiro de 2025, respectivamente.

Em se tratando de marcos históricos às pessoas LGBTQIA+, cuja retomada da Conferência Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+ é uma delas, importa demarcar, também, a criação da Secretaria Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+ (SNLGBTQIA+), em 2023, que avança para a construção de uma política nacional, ao passo que não há marcos regulatórios para políticas públicas a esta população, que se mantém historicamente submetida a diversas vulnerabilidades. Assim, com a criação da SNLGBTQIA+ o Estado brasileiro assume a necessidade de promoção e defesa dos direitos das pessoas LGBTQIA+ e a responsabilidade para com a constituição de políticas públicas de combate à violência, de fomento à empregabilidade, de reconhecimento da invisibilidade dos dados estatísticos, dentre outros que se poderia evidenciar, considerando as disparidades regionais no atendimento às demandas da população LGBTQIA+, conforme os relatórios das organizações da sociedade civil têm apontado.

É com base nisso que o tema central da supracitada Conferência Nacional será “**Construindo a Política Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+**”, a partir do entendimento que a construção da política nacional acontecerá com o envolvimento da diversidade geográfica, histórica, social e cultural da população LGBTQIA+ de norte a sul do Brasil e, por isso, a transversalidade do debate precisa acontecer em âmbito local¹, estadual e do Distrito Federal.

A 4ª Conferência Nacional, assim, avança na discussão sobre a Política Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+ e na ampliação da participação social em torno da agenda LGBTQIA+. Ressalta-se, todavia, que historicamente as Conferências Nacionais têm sido espaço de interlocução e de construções profícuas. A 1ª Conferência Nacional, que ocorreu em Brasília/DF, entre os dias 06 e 08 de junho de 2008, teve como

¹ Por Conferência Local entende-se àquelas que serão realizadas em municípios ou em regiões (conjunto de municípios), desde que inferiores ao estado ao qual pertencem geograficamente.

tema central os “Direitos Humanos e Políticas Públicas: o caminho para garantir a cidadania de gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais”. A referida Conferência teve a participação de 569 delegados/as (quinhentos e sessenta e nove), representantes do Poder Público e da Sociedade Civil.

A 2ª Conferência Nacional também foi realizada em Brasília/DF, entre os dias 15 e 18 de dezembro de 2011, com o tema “Por um país livre da pobreza e da discriminação, promovendo cidadania de lésbica, gays, bissexuais, travestis e transexuais”. A supracitada Conferência teve a participação de 565 (quinhentos e sessenta e cinco) delegados/as, representantes do poder público e da sociedade civil, eleitos/as nas etapas municipais e estaduais. Os principais legados dessa Conferência fazem menção à criação do Comitê Nacional de Políticas Públicas LGBT, cujo trabalho resultou na publicação da Portaria nº 766/2013 e na instituição do Sistema Nacional de Promoção de Direitos e Enfrentamento à violência contra lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, no intento de promover políticas de promoção aos direitos da população LGBT.

A 3ª Conferência Nacional, por sua vez, ocorreu entre os dias 25 e 27 de abril de 2016, em Brasília/DF, com a temática “Por um Brasil que criminalize a violência contra lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais”, com a participação de 845 (oitocentos e quarenta e cinco) delegados/as, representantes do poder público e da sociedade civil. A metodologia utilizada resultou na edição de 192 (cento e noventa e duas) Resoluções, as quais compilaram as solicitações relativas aos diversos Ministérios do Estado Brasileiro. Ademais, foi também nessa Conferência que se passou a usar a LGBTfobia como nomenclatura que qualifica os diversos tipos de discriminação e violação de direitos das pessoas LGBTQIA+.

É na esteira das edições realizadas anteriormente e da suspensão da realização da 4ª Conferência Nacional, que seria realizada em Brasília/DF, com o tema “A garantia do direito à diversidade sexual e de gênero para a conquista em defesa da democracia”, em 2018, que a publicação do novo

Decreto que convocou a Conferência para 2025 precisa ser apreciada e comemorada, na efetiva defesa e ampliação da democracia e participação política da população LGBTQIA+.

2. SOBRE A 4ª CONFERÊNCIA NACIONAL DOS DIREITOS DAS PESSOAS LGBTQIA+

2.1 TEMA E OBJETIVOS

O tema central da 4ª Conferência Nacional dos Direitos das LGBTQIA+, “**Construindo a Política Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+**”, norteará as Conferências Locais, Estaduais, Livres e do Distrito Federal, a partir dos seguintes objetivos: (1) propor diretrizes para a criação e a implementação de políticas públicas destinadas ao enfrentamento da discriminação contra as pessoas LGBTQIA+ e à promoção dos direitos humanos e da cidadania das pessoas LGBTQIA+; e (2) elaborar diretrizes para a criação do Plano Nacional de Promoção dos Direitos Humanos e da Cidadania das Pessoas LGBTQIA+.

2.2 EIXOS TEMÁTICOS

2.2.1 Eixo 1: Enfrentamento à violência LGBTQIA+

Os indicadores nacionais de violência produzidos por organizações da sociedade civil apontam que entre janeiro e dezembro de 2022, 273 (duzentas e setenta e três) pessoas LGBTQIA+ foram mortas de maneira violenta, dentre os quais a população travesti e de mulheres trans representou 58,24% do total de mortes, ou seja, 159 pessoas; seguido de 35,16% de mortes de gays; 2,93% de homens trans e pessoas transmasculinas; 2,93% correspondendo a morte de 08 mulheres lésbicas; uma morte de pessoa bissexual, marcando 0,37%; e 0,37% de outros seguimentos da população LGBTQIA+.

Os índices apresentados confirmam a manutenção do Brasil como o país que mais mata pessoas LGBTQIA+ no mundo. Diante deste cenário, é de extrema relevância que o eixo seja discutido nas Conferências Locais, Estaduais, Livres e do Distrito Federal, a partir da perspectiva de promoção da cidadania plena e do enfrentamento às diversas violências contra pessoas LGBTQIA+. Neste sentido, a Portaria nº 756, de 5 de dezembro de 2023, que institui a Estratégia Nacional de Enfrentamento à Violência contra pessoas LGBTQIA+, deve ser subsídio para os debates, objetivando o enfrentamento à discriminação e à violência, o monitoramento de dados de violência contra pessoas LGBTQIA+, e a expansão do alcance das políticas públicas de proteção, promoção, assistência e defesa das pessoas LGBTQIA+ no território brasileiro.

A política pública de enfrentamento à violência LGBTQIA+ deve ter em seu horizonte o monitoramento dos dados de violências contra a população LGBTQIA+, para que os governos federal, dos estados e municípios compreendam a situação desta população a partir do mapeamento da violência com fins de criação e de promoção de ações efetivas ao combate, assim como foi realizado pela Secretaria Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+, junto ao Ministério dos Direitos Humanos, que criou a política pública de fortalecimento das instituições que acolhem pessoas em situação de abandono familiar ou que passaram por violências decorrentes de sua identidade de gênero, orientação sexual e/ou características sexuais. O programa Acolher+ objetiva o fortalecimento das Casas de Acolhimento para pessoas LGBTQIA+ enquanto abrigos provisórios para que as pessoas vítimas de violências possam exercer minimamente seus direitos e garantias fundamentais previstos na Constituição Federal, que são frequentemente violados.

Nesse sentido, o debate do Eixo 1 deve se atrelar à promoção das diversas formas de enfrentamento às violências sofridas pela população LGBTQIA+ e as políticas, estratégias e ações que podem ser implementadas, para o enfrentamento às violências contra esta população.

É mister, também, identificar e valorizar iniciativas estaduais e municipais que vem sendo implementadas, as quais podem ser estratégias e ações importantes para capilarização nacional.

2.2.2 Eixo 2: Trabalho digno e geração de renda à população LGBTQIA+

A partir da defesa, da promoção e da garantia dos direitos das pessoas LGBTQIA+, reafirma-se o combate à LGBTQIAfobia e contra todas as formas de violência. Entretanto, para além da criação de políticas públicas no eixo de enfrentamento à violência contra pessoas LGBTQIA+, se faz necessário conjugar políticas que promovam a empregabilidade LGBTQIA+ no plano de ações do Estado, uma vez que as oportunidades de estudo, trabalho e renda, principalmente em casos de rompimento e abandono familiar, dão margem para que as pessoas LGBTQIA+ busquem outras alternativas de auto sustentação, deixando-as em situações de vulnerabilidade e precarização da vida ainda mais acentuadas.

Nessa perspectiva, o debate do Eixo 2 deve estar conectado às ações de auxílio às pessoas LGBTQIA+ na qualificação, acesso e permanência no mercado do trabalho de maneira digna, em ambientes saudáveis e não-discriminatórios, com direitos trabalhistas e previdenciários garantidos.

2.2.3 Eixo 3: Interseccionalidade e internacionalização

Historicamente a população LGBTQIA+ têm sido alvo de preconceito, discriminação e diversas formas de violação de direitos humanos que chegam ao extremo de execrar vidas – o direito humano mais elementar. Além disso, essa mesma população está submetida a diversas desproteções sociais e vulnerabilidades, como, por exemplo, a econômica, em face da discriminação de absorção no mercado de trabalho e das exíguas políticas de empregabilidade LGBTQIA+; sociais, diante das questões de cor, raça, etnia, gênero, classe e território em que residem; políticas, no que tange a invisibilidade em relação às pautas e agendas transversais e intersetoriais a essa população; dentre outras.

Nesse sentido, não há como pensar em qualquer política (saúde, educação, cultura, segurança pública, etc.) sem considerar a intersecção desses fatores de opressão, discriminação e exclusão, que reproduzem cultural e ideologicamente expressões de dominação e, como consequência, a materialização da exclusão, da discriminação e da violência contra a população LGBTQIA+.

É nessa esteira que debater a intersecção de diversos fatores que atravessam diária e cotidianamente a população LGBTQIA+ é essencial, especialmente em âmbito internacional, de modo a apreender os desafios a serem enfrentados na conformação das políticas públicas brasileiras, a partir das iniciativas realizadas nos municípios e estados brasileiros, de modo que estas sejam apresentadas, discutidas e avançadas a partir de experiências exitosas realizadas mundo afora.

Articular o debate interseccional, identificar iniciativas nacionais e a internacionalização das boas práticas é a representação da necessidade de ampliar o diálogo para além das fronteiras nacionais, de modo a traçar caminhos interseccionais à promoção e a defesa efetiva dos direitos das pessoas LGBTQIA+ no Brasil e no mundo.

2.2.4 Eixo 4: Institucionalização da Política Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+

A institucionalização da Política Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+ é de fundamental relevância para a construção de um marco regulatório às políticas públicas voltadas às pessoas LGBTQIA+. Em outros termos, a institucionalização de uma política nacional representa que o Estado torna-se o responsável pelo planejamento, execução, monitoramento e avaliação de políticas em âmbito nacional, com parâmetros, diretrizes e mecanismos para promover e defender os direitos e a cidadania plena dessa população e, nesse sentido, pode ser tensionado e cobrado sobre tais políticas.

Com a institucionalização da Política Nacional dos Direitos das

Pessoas LGBTQIA+, o Estado se compromete em adotar medidas concretas para combater a discriminação, garantir a igualdade de condições e oportunidades e assegurar o pleno exercício dos direitos civis, sociais, econômicos e culturais das pessoas LGBTQIA+. Isso inclui a criação e fortalecimento de políticas públicas para combater o preconceito, a discriminação, as desigualdades e as violências.

A criação de espaços de diálogo entre o poder público, as organizações da sociedade civil e a comunidade LGBTQIA+ é essencial para a construção e monitoramento efetivo dessa política. A participação ativa desses grupos na elaboração, implementação, monitoramento e avaliação de medidas é fundamental para garantir que as necessidades e desafios específicos sejam considerados.

A institucionalização da Política Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+ não apenas reforça o compromisso do país com os princípios da dignidade humana, mas também contribui para a construção de uma sociedade respeitosa com as diversas identidades de gênero e orientações sexuais.

3. ETAPAS PREPARATÓRIAS

O tema da 4ª Conferência Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+ deve ser abordado em todas as Conferências (locais, estaduais, livres e do Distrito Federal), por meio de diferentes metodologias (mesas redondas, palestras, grupos de trabalho, painéis, dentre outros), de modo a propiciar a participação de todas as pessoas em discussões consistentes, organizadas a partir dos eixos temáticos dispostos.

Devem ser, portanto, organizadas conjuntamente entre o poder público e a sociedade civil e norteadas pelos eixos temáticos designados no presente Documento Orientador, ao considerar as particularidades territoriais dos estados, municípios e do Distrito Federal.

As referidas Conferências devem ser realizadas a partir de seu caráter

preparatório, mobilizador e propositivo para a Conferência Nacional e debaterão o Documento Base da 4ª Conferência Nacional, conforme representado na Figura 1.

Figura 1 – Sistematização das etapas



3.1 Conferências Locais

As Conferências Locais – que deverão ser chamadas após a publicação de Decreto ou convocatória estadual e da publicação das suas respectivas orientações² –, devem ser realizadas no máximo de municípios possíveis e/ou regiões, a partir da observância do tema, objetivos e eixos da 4ª Conferência Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+ na singularidade de cada território. As Conferências Locais devem ser convocadas e financiadas pelos municípios³ e ou estados, a serem realizadas entre os dias 02 de janeiro de 2024 e 30 de junho de 2024 e convocadas, ao menos, 30 dias antes da data de realização, de modo a

² Obrigatoriamente, as orientações dos estados aos municípios devem respeitar as orientações constantes neste Documento Orientador.

³ Caso a convocação da Conferência Local não seja feita pelo Governo Municipal, esta poderá ser realizada pela Câmara de Vereadores, pelo Ministério Público, Ordem dos Advogados do Brasil ou pelos Conselhos/Comitês Municipais e pela sociedade civil.

promover a ampla divulgação em meios impressos (jornais) e eletrônicos (redes sociais, sites oficiais, etc.) e a participação da sociedade civil organizada e da comunidade LGBTQIA+.

Para a organização das etapas preparatórias locais devem ser instituídas Comissões Organizadoras, assegurada a paridade entre representantes do poder público e da sociedade civil. Cabe à Comissão Organizadora das Conferências Locais:

- Coordenar, supervisionar e promover a realização das etapas locais preparatórias da 4ª Conferência Nacional;
- Elaborar o seu próprio Regimento em conformidade com o regimento da Conferência Estadual e com as orientações emanadas pelo Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+ para a realização das Conferências Locais, constantes neste documento. O Regimento da Conferência Local disporá do quórum e das metodologias que assegurem, de forma ampla e representativa, a participação de segmentos sociais, de entidades interessadas e comprometidas com a promoção e defesa dos direitos da população LGBTQIA+, bem como da incorporação das particularidades de orientação sexual, gênero, étnico-raciais, regionais, geracionais, de pessoas com deficiência, indígenas, povos e comunidades tradicionais, população em situação de rua, pessoas vivendo com HIV/AIDS, dentre outras;
- Elaborar proposta de programação da etapa local;
- Mobilizar entidades, organizações e órgãos parceiros no âmbito de sua atuação, para preparação e participação na etapa local preparatória;
- Coordenar a divulgação das etapas locais;
- Definir os critérios para a participação de pessoas convidadas e observadores/as da etapa local;
- Acompanhar o processo de sistematização do Relatório Final, que deverá ser incorporado no site da 4ª Conferência Nacional, pela Comissão Organizadora, com destaque ao diagnóstico e às recomendações aprovadas em cada Conferência Local;

- Fomentar a eleição de delegados/as para a Conferência Estadual, conforme critérios dispostos no Regimento Interno das Conferências Estaduais, desde que observada proporcionalidade prevista na Tabela 1 e Tabela 2 desse Documento Orientador;
- Cadastrar os/as delegados eleitos/as para a Conferência Estadual no site da 4ª Conferência Nacional.
- Deliberar sobre os casos omissos do Regimento Interno.

3.2 Conferências Estaduais e do Distrito Federal

As Conferências Estaduais e do Distrito Federal devem ser realizadas no máximo de estados possíveis, a partir da observância do tema, objetivos e eixos da 4ª Conferência Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+. As Conferências devem ser convocadas por decreto do Governo do Estado, por Conselhos Estaduais LGBTQIA+ ou por outras estruturas de diálogo entre poder público e sociedade civil, e financiadas pelos estados⁴ e pelo Distrito Federal, entre os dias 1º de julho de 2024 e 28 de fevereiro de 2025 e, ao menos, 30 dias antes da data de realização, de modo a promover a divulgação em meios impressos (jornais) e eletrônicos (redes sociais, sites oficiais, etc.) e participação da sociedade civil organizada e da comunidade LGBTQIA+.

Para a organização das etapas preparatórias estaduais e do Distrito Federal, devem ser instituídas Comissões Organizadoras, assegurada a paridade entre representantes do poder público e da sociedade civil. Cabe à Comissão Organizadora das Conferências Estaduais e do Distrito Federal:

- Coordenar, supervisionar e promover a realização das etapas estadual e do Distrito Federal;
- Elaborar o seu próprio Regimento Interno em conformidade com as orientações emanadas pelo Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas

⁴ Caso a convocação da Conferência Estadual e do Distrito Federal não seja feita pelo Governo Estadual e Distrital, esta poderá ser realizada pelas Assembleias Legislativas, pelo Ministério Público ou pelos Conselhos/Comitês Estaduais e pela sociedade civil.

LGBTQIA+ para a realização das Conferências Estaduais e do Distrito Federal, constantes neste documento. O Regimento da Conferência Estadual e do Distrito Federal disporá do quórum e das metodologias que assegurem, de forma ampla e representativa, a participação de segmentos sociais, de entidades interessadas e comprometidas com a promoção e defesa dos direitos da população LGBTQIA+, bem como da incorporação das particularidades de orientação sexual, gênero, étnico-raciais, regionais, geracionais, de pessoas com deficiência, indígenas, povos e comunidades tradicionais, população em situação de rua, pessoas vivendo com HIV/AIDS, dentre outras;

- Elaborar proposta de programação da etapa estadual e do Distrito Federal;
- Mobilizar entidades, organizações e órgãos parceiros no âmbito de sua atuação, para preparação e participação na etapa estadual e do Distrito Federal;
- Coordenar a divulgação das etapas estaduais e do Distrito Federal;
- Definir os critérios para a participação de pessoas convidadas e observadores/as das etapas estaduais e do Distrito Federal;
- Acompanhar o processo de sistematização do Relatório Final, que deverá ser incorporado no site da 4ª Conferência Nacional, pela Comissão Organizadora, com destaque ao diagnóstico e às recomendações aprovadas nas Conferências Estaduais e do Distrito Federal;
- Fomentar a eleição de delegadas/os/es para a 4ª Conferência Nacional, conforme critérios dispostos no Regimento Interno da Conferência Nacional, desde que observada proporcionalidade prevista na Tabela 1 e na Tabela 2 desse Documento Orientador;
- Cadastrar os/as delegados eleitos/as para a Conferência Nacional no site da 4ª Conferência Nacional.
- Deliberar sobre os casos omissos do Regimento Interno.

3.3 Conferências Livres

As Etapas Livres poderão ser realizadas por entidades, órgãos públicos, organizações, sociedade civil em geral, dentre outros/as, de modo a contribuir com a mobilização em torno de debates relacionados ao tema e eixos temáticos da 4ª Conferência Nacional. Essas etapas preparatórias não elegerão delegadas/os/es. Suas formulações e documentações contribuirão com os debates das demais Conferências em nível Estadual e Nacional.

As etapas livres não dependem de ato oficial para sua convocação, mas indica-se que sejam amplamente divulgadas e devem ser comunicadas à Comissão Organizadora Estadual ou do Distrito Federal e à Comissão Organizadora Nacional. Apesar de não dispor de caráter deliberativo, é imprescindível que as etapas livres disponham de Comissão Organizadora, a qual terá a responsabilidade de debater o Documento Base da 4ª Conferência Nacional.

O Relatório Final de cada Conferência Livre, juntamente com o registro das pessoas participantes, deverá ser encaminhado à Comissão Organizadora Nacional e disponibilizados no site da 4ª Conferência Nacional. Após prévia análise da Comissão Organizadora, as propostas serão incorporadas ao relatório para análise e apreciação durante a 4ª Conferência Nacional. Assim, a chamada da etapa livre preparatória ficará a critério da Comissão Organizadora, desde que respeitado seu chamamento com no mínimo 30 dias de antecedência da sua realização, visando a mobilização do maior número de pessoas interessadas na discussão.

4. PARTICIPANTES

No que tange à participação social, prevista na Constituição Federal de 1988, e retomada na reconstrução do Estado brasileiro pelo Governo

Lula, a agenda LGBTQIA+ avançou na ampliação da participação da sociedade como um todo nas Conferências Nacionais, conforme pode ser observado no panorama do número de delegadas/os/es participantes nas Conferências anteriores. A 4ª Conferência Nacional, em relação à 2ª Conferência Nacional, realizada em 2011, ampliará o número de delegados/as em mais de 120%, e no que tange à 3ª Conferência Nacional, realizada em 2016, esse aumento gira em torno de 48%, sendo ampliadas de 565 e 845, respectivamente, para 1250 delegados/as.

A Etapa Nacional da 4ª Conferência Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+ contará com a participação de:

- 1.212 (hum mil, duzentos e doze) delegados/as/es eleitos/as/es nas Conferências Estaduais, seguidas as orientações dispostas na Tabela 1 e na Tabela 2, com direito a voz e a voto;
- 38 (trinta e oito) delegados/as natos, com direito a voz e voto, sendo estes/as os/as conselheiros/as titulares ou suplentes, sendo um voto por cada entidade representativa do Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+;
- até 100 convidados/as, com direito a voz e sem direito a voto, cujos critérios serão definidos pela Comissão Organizadora Nacional;
- até 100 observadores/as, sem direito a voz, a voto e sem financiamento/custeio da participação. Deste total, estão reservadas 38 vagas para os/as conselheiros/as suplentes do Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+.

O número de delegados/as se baseou na definição de um número mínimo para cada estado (vinte delegados/as), de modo a garantir a distribuição mais equitativa dos/as delegados/as. Além dessas vagas, a delegação restante foi distribuída a partir do percentual populacional do estado em relação à totalidade brasileira. Desse total, observar-se-á percentual específico para o gênero feminino, para o gênero masculino e para outras identidades de gênero ou orientações sexo afetivas, conforme segue:

- Gênero feminino⁵: 53% (cinquenta e três por cento);
- Gênero masculino⁶: 40% (quarenta por cento);
- Outras identidades de gênero ou orientações sexo afetivas⁷: 7% (sete por cento).

Além do exposto, também deverá se observar, na composição da delegação estadual:

- o vínculo com o poder público ou com a sociedade civil, a cada segmento reservadas 50% das vagas;
- a questão étnico-racial, reservadas as vagas a partir do percentual de pessoas negras em cada estado, de acordo com dados do IBGE (2022);
- a questão geracional, reservadas 5% das vagas para pessoas idosas⁸;
- a representação indígena⁹, a qual estão reservadas 2% das vagas;
- a representação de pessoas com deficiência¹⁰, reservadas 2% das vagas;
- as vagas natas, reservadas 30% das vagas da delegação estadual aos/às conselheiros/as estaduais¹¹, eleitos/as no âmbito dos respectivos Conselhos Estaduais.

Essas informações encontram-se sistematizadas nas Tabela 1 e na Tabela 2. É importante ressaltar que um/a mesmo/a delegado/a poderá contemplar mais de um critério, uma vez que não será ampliado o número da delegação estadual. A título exemplificativo, uma pessoa pode atender ao critério de gênero, raça e geracional, que ao final computará o atendimento de três requisitos em um/a único/a delegado/a.

⁵ Dizem respeito às lésbicas (cisgênero e transexuais), bissexuais, mulheres transexuais e travestis.

⁶ Dizem respeito à gays (cisgênero e transexuais), bissexuais e homens transexuais.

⁷ Dizem respeito às pessoas assexuais, intersexo, queers, não binarie, etc.

⁸ Em caso de haver pessoas idosas no processo de seleção, eleição ou indicação de delegados/as no estado, não há necessidade de atender ao critério estabelecido.

⁹ Em caso de haver pessoas indígenas no processo de seleção, eleição ou indicação de delegados/as no estado, não há necessidade de atender ao critério estabelecido.

¹⁰ Em caso de haver pessoas com deficiência no processo de seleção, eleição ou indicação de delegados/as no estado, não há necessidade de atender ao critério estabelecido.

¹¹ Em caso da inexistência de Conselho Estadual, não há necessidade de atender ao critério estabelecido.

Quando houver a necessidade de substituição dos/as delegados/as titulares pelos/as respectivos/as suplentes, dever-se-á observar o percentual da composição outrora referida.

Além do exposto, a delegação eleita nas Conferências Estaduais deverá compreender as dimensões de campo e cidade, da diversidade territorial e de povos e comunidades tradicionais, bem como intergeracionais, de pessoas com deficiência e de população em situação de rua, dentre outras.

Os relatórios de cada etapa (local, estadual, livres e do Distrito Federal) deverão ser disponibilizados no site da 4ª Conferência Nacional, assim como nele será realizado o cadastro de cada delegado/a eleito/a para a etapa seguinte (da local para a estadual e do Distrito Federal). Busca-se, com isso, constituir o perfil de participantes em todas as etapas e as discussões realizadas, independentemente de avançarem nas etapas seguintes (da local para a estadual, por exemplo).

Nesse sentido, a indicação do número de delegados/as por estado se encontra enumerada na Tabela 1 e sua distribuição na Tabela 2, a seguir.

Tabela 1 – Número de delegados/as por Estado

| Estado | Total População do Estado | Percentual da população do Estado em relação ao país | Percentual de pessoas negras no Estado | Número inicial de delegados/as | Número de delegados/as por percentual populacional por Estado | Número total de delegados/as por Estado |
|---------------------------|----------------------------------|---|---|---------------------------------------|--|--|
| Acre | 830.018 | 0,41% | 74,81% | 20 | 3 | 23 |
| Alagoas | 3.127.683 | 1,54% | 69,91% | 20 | 10 | 30 |
| Amapá | 733.759 | 0,36% | 77,09% | 20 | 3 | 23 |
| Amazonas | 3.941.613 | 1,94% | 73,70% | 20 | 13 | 33 |
| Bahia | 14.141.626 | 6,96% | 79,69% | 20 | 47 | 67 |
| Ceará | 8.794.957 | 4,33% | 71,48% | 20 | 29 | 49 |
| Distrito Federal | 2.817.381 | 1,39% | 59,37% | 20 | 9 | 29 |
| Espírito Santo | 3.833.712 | 1,89% | 61,00% | 20 | 13 | 33 |
| Goiás | 7.056.495 | 3,47% | 63,37% | 20 | 23 | 43 |
| Maranhão | 6.775.805 | 3,34% | 79,00% | 20 | 23 | 43 |
| Mato Grosso | 3.658.649 | 1,80% | 65,86% | 20 | 12 | 32 |
| Mato Grosso do Sul | 2.757.013 | 1,36% | 53,43% | 20 | 9 | 29 |
| Minas Gerais | 20.538.718 | 10,07% | 58,60% | 20 | 68 | 88 |
| Pará | 8.121.025 | 4,10% | 79,64% | 20 | 28 | 48 |
| Paraíba | 3.974.687 | 1,96% | 63,51% | 20 | 13 | 33 |
| Paraná | 11.444.380 | 5,64% | 34,30% | 20 | 38 | 58 |
| Pernambuco | 9.058.931 | 4,46% | 65,31% | 20 | 30 | 50 |
| Piauí | 3.272.199 | 1,61% | 77,08% | 20 | 11 | 31 |

4ª Conferência Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+ – Documento Orientador

| | | | | | | |
|----------------------------|--------------------|-------------|--------|------------|------------|-------------|
| Rio de Janeiro | 16.054.524 | 7,91% | 57,78% | 20 | 53 | 73 |
| Rio Grande do Norte | 3.302.729 | 1,63% | 60,07% | 20 | 11 | 31 |
| Rio Grande do Sul | 10.882.965 | 5,36% | 21,19% | 20 | 36 | 56 |
| Rondônia | 1.581.196 | 0,78% | 67,89% | 20 | 5 | 25 |
| Roraima | 636.707 | 0,31% | 64,98% | 20 | 2 | 22 |
| Santa Catarina | 7.610.361 | 3,75% | 23,29% | 20 | 25 | 45 |
| São Paulo | 44.411.238 | 21,80% | 40,95% | 20 | 146 | 166 |
| Sergipe | 2.209.558 | 1,09% | 74,46% | 20 | 7 | 27 |
| Tocantins | 1.511.460 | 0,74% | 75,33% | 20 | 5 | 25 |
| TOTAL | 203.079.389 | 100% | | 540 | 672 | 1212 |

Tabela 2 – Distribuição do número de delegados/as por Estado

| Estado | Número de delegados/as conselheiros/as estaduais (30%) | Número de delegadas do gênero feminino (53%) | Número de delegados do gênero masculino (40%) | Número de delegadas com outras identidades de gênero ou orientações sexo afetivas (7%) | Número de delegados/as da sociedade civil (50%) | Número de delegados/as do poder público (50%)¹² | Número de delegados/as/es negras (em relação ao percentual de pessoas negras no estado) | Número de pessoas idosas (5%) | Número de pessoas indígenas (2%) | Número de pessoas com deficiência (2%) |
|---------------------------|---|---|--|---|--|---|--|--------------------------------------|---|---|
| Acre | 7 | 12 | 9 | 2 | 12 | 11 | 17 | 1 | 0 | 0 |
| Alagoas | 9 | 16 | 12 | 2 | 15 | 15 | 21 | 2 | 1 | 1 |
| Amapá | 7 | 12 | 9 | 2 | 12 | 11 | 18 | 1 | 0 | 0 |
| Amazonas | 10 | 18 | 13 | 2 | 17 | 16 | 24 | 2 | 1 | 1 |
| Bahia | 20 | 35 | 27 | 5 | 34 | 33 | 53 | 3 | 1 | 1 |
| Ceará | 15 | 26 | 20 | 3 | 25 | 24 | 35 | 2 | 1 | 1 |
| Distrito Federal | 9 | 15 | 12 | 2 | 15 | 14 | 17 | 1 | 1 | 1 |
| Espírito Santo | 10 | 18 | 13 | 2 | 17 | 16 | 20 | 2 | 1 | 1 |
| Goiás | 13 | 23 | 17 | 3 | 22 | 21 | 27 | 2 | 1 | 1 |
| Maranhão | 13 | 23 | 17 | 3 | 22 | 21 | 34 | 2 | 1 | 1 |
| Mato Grosso | 10 | 17 | 13 | 2 | 16 | 16 | 21 | 2 | 1 | 1 |
| Mato Grosso do Sul | 9 | 15 | 12 | 2 | 15 | 14 | 16 | 1 | 1 | 1 |
| Minas Gerais | 26 | 47 | 35 | 6 | 44 | 44 | 51 | 4 | 2 | 2 |

¹² Nos casos em que houve a necessidade de arredondamento, o foi feito para cima para delegados/as representantes da sociedade civil.

4ª Conferência Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+ – Documento Orientador

| | | | | | | | | | | |
|----------------------------|----|----|----|----|----|----|----|---|---|---|
| Pará | 14 | 26 | 19 | 3 | 24 | 24 | 38 | 2 | 1 | 1 |
| Paraíba | 10 | 18 | 13 | 2 | 17 | 16 | 21 | 2 | 1 | 1 |
| Paraná | 17 | 31 | 23 | 4 | 29 | 29 | 20 | 3 | 1 | 1 |
| Pernambuco | 15 | 27 | 20 | 3 | 25 | 25 | 33 | 2 | 1 | 1 |
| Piauí | 9 | 17 | 12 | 2 | 16 | 15 | 24 | 2 | 1 | 1 |
| Rio de Janeiro | 22 | 39 | 29 | 5 | 37 | 36 | 42 | 4 | 1 | 1 |
| Rio Grande do Norte | 9 | 17 | 12 | 2 | 16 | 15 | 19 | 2 | 1 | 1 |
| Rio Grande do Sul | 17 | 29 | 23 | 4 | 28 | 28 | 12 | 3 | 1 | 1 |
| Rondônia | 8 | 13 | 10 | 2 | 13 | 12 | 17 | 1 | 1 | 1 |
| Roraima | 7 | 11 | 9 | 2 | 11 | 11 | 14 | 1 | 0 | 0 |
| Santa Catarina | 14 | 24 | 18 | 3 | 23 | 22 | 11 | 2 | 1 | 1 |
| São Paulo | 50 | 88 | 66 | 12 | 83 | 83 | 68 | 8 | 3 | 3 |
| Sergipe | 8 | 15 | 10 | 2 | 14 | 13 | 20 | 1 | 1 | 1 |
| Tocantins | 8 | 13 | 10 | 2 | 13 | 12 | 19 | 1 | 1 | 1 |

4.1 DETALHAMENTO POR ESTADO

4.1.1 Acre

O estado do Acre elegerá em sua Conferência Estadual 23 (vinte e três) delegados/as para a 4ª Conferência Nacional. Dos 23 (vinte e três), 12 (doze) deverão representar o gênero feminino, 9 (nove) o gênero masculino e 2 (dois) outras identidades de gênero ou orientações sexo afetivas. Do total de 23 (vinte e três) delegados/as, 12 (doze) deverão representar a sociedade civil e 11 (onze) o poder público. Além disso, do total de delegados/as, 17 (dezessete) pessoas deverão ser negras, dado o percentual de pessoas negras no estado supracitado, 7 (sete) delegados/as natos/as (conselheiros/as estaduais) e 1 (uma) pessoa idosa. Destaque: o total de delegados/as, considerando as particularidades de gênero, vínculo, questão étnico-racial e geracional não poderão ultrapassar 23 (vinte e três).

4.1.2 Alagoas

O estado de Alagoas elegerá em sua Conferência Estadual 30 (trinta) delegados/as para a 4ª Conferência Nacional. Dos 30 (trinta), 16 (dezesseis) deverão representar o gênero feminino, 12 (doze) o gênero masculino e 2 (dois) outras identidades de gênero ou orientações sexo afetivas. Do total de 30 (trinta) delegados/as, 15 (quinze) deverão representar a sociedade civil e 15 (quinze) o poder público. Além disso, 21 (vinte e uma) pessoas deverão ser negras, dado o percentual de pessoas negras no estado supracitado, 9 (nove) delegados/as natos/as (conselheiros/as estaduais), 2 (duas) pessoas idosas, 1 (uma) pessoa indígena e 1 (uma) pessoa com deficiência. Destaque: o total de delegados/as, considerando as particularidades de gênero, vínculo, questão étnico-racial, geracional e deficiência não poderão ultrapassar 30 (trinta).

4.1.3 Amapá

O estado do Amapá elegerá em sua Conferência Estadual 23 (vinte e três) delegados/as para a 4ª Conferência Nacional. Dos 23 (vinte e três), 12 (doze) deverão representar o gênero feminino, 9 (nove) o gênero masculino e 2 (dois) outras identidades de gênero ou orientações sexo afetivas. Do total de 23 (vinte e três) delegados/as, 12 (doze) deverão representar a sociedade civil e 11 (onze) o poder público. Além disso, 18 (dezoito) pessoas deverão ser negras, dado o percentual de pessoas negras no estado supracitado, 7 (sete) delegados/as natos/as (conselheiros/as estaduais) e 1 (uma) pessoa idosa. Destaque: o total de delegados/as, considerando as particularidades de gênero, vínculo, questão étnico-racial e geracional não poderão ultrapassar 23 (vinte e três).

4.1.4 Amazonas

O estado do Amazonas elegerá em sua Conferência Estadual 33 (trinta e três) delegados/as para a 4ª Conferência Nacional. Dos 33 (trinta e três), 18 (dezoito) deverão representar o gênero feminino, 13 (treze) o gênero masculino e 2 (dois) outras identidades de gênero ou orientações sexo afetivas. Do total de 33 (trinta e três) delegados/as, 17 (dezessete) deverão representar a sociedade civil e 16 (dezesseis) o poder público. Além disso, 24 (vinte e quatro) pessoas deverão ser negras, dado o percentual de pessoas negras no estado supracitado, 10 (dez) delegados/as natos/as (conselheiros/as estaduais), 2 (duas) pessoas idosas, 1 (uma) pessoa indígena e 1 (uma) pessoa com deficiência. Destaque: o total de delegados/as, considerando as particularidades de gênero, vínculo, questão étnico-racial, geracional e deficiência não poderão ultrapassar 33 (trinta e três).

4.1.5 Bahia

O estado da Bahia elegerá em sua Conferência Estadual 67 (sessenta e sete) delegados/as para a 4ª Conferência Nacional. Dos 67 (sessenta e sete), 35 (trinta e cinco) deverão representar o gênero feminino, 27 (vinte e sete) o gênero masculino e 5 (cinco) outras identidades de gênero ou orientações sexo afetivas. Do total de 67 (sessenta e sete) delegados/as, 34 (trinta e quatro) deverão representar a sociedade civil e 33 (trinta e três) o poder público. Além disso, 53 (cinquenta e três) pessoas deverão ser negras, dado o percentual de pessoas negras no estado supracitado, 20 (vinte) delegados/as natos/as (conselheiros/as estaduais), 3 (três) pessoas idosas, 1 (uma) pessoa indígena e 1 (uma) pessoa com deficiência. Destaque: o total de delegados/as, considerando as particularidades de gênero, vínculo, questão étnico-racial, geracional e deficiência não poderão ultrapassar 67 (sessenta e sete).

4.1.6 Ceará

O estado do Ceará elegerá em sua Conferência Estadual 49 (quarenta e nove) delegados/as para a 4ª Conferência Nacional. Dos 49 (quarenta e nove), 26 (vinte e seis) deverão representar o gênero feminino, 20 (vinte) o gênero masculino e 3 (três) outras identidades de gênero ou orientações sexo afetivas. Do total de 49 (quarenta e nove) delegados/as, 25 (vinte e cinco) deverão representar a sociedade civil e 24 (vinte e quatro) o poder público. Além disso, 35 (trinta e cinco) pessoas deverão ser negras, dado o percentual de pessoas negras no estado supracitado, 15 (quinze) delegados/as natos/as (conselheiros/as estaduais), 2 (duas) pessoas idosas, 1 (uma) pessoa indígena e 1 (uma) pessoa com deficiência. Destaque: o total de delegados/as, considerando as particularidades de gênero, vínculo, questão étnico-racial, geracional e deficiência não poderão ultrapassar 49 (quarenta e nove).

4.1.7 Distrito Federal

O Distrito Federal elegerá em sua Conferência Estadual 29 (vinte e nove) delegados/as para a 4ª Conferência Nacional. Dos 29 (vinte e nove), 15 (quinze) deverão representar o gênero feminino, 12 (doze) o gênero masculino e 2 (dois) outras identidades de gênero ou orientações sexo afetivas. Do total de 29 (vinte e nove) delegados/as, 15 (quinze) deverão representar a sociedade civil e 14 (quatorze) o poder público. Além disso, 17 (dezessete) pessoas deverão ser negras, dado o percentual de pessoas negras no estado supracitado, 9 (nove) delegados/as natos/as (conselheiros/as estaduais), 1 (uma) pessoa idosa, 1 (uma) pessoa indígena e 1 (uma) pessoa com deficiência. Destaque: o total de delegados/as, considerando as particularidades de gênero, vínculo, questão étnico-racial, geracional e deficiência não poderão ultrapassar 29 (vinte e nove).

4.1.8 Espírito Santo

O estado do Espírito Santo elegerá em sua Conferência Estadual 33 (trinta e três) delegados/as para a 4ª Conferência Nacional. Dos 33 (trinta e três), 18 (dezoito) deverão representar o gênero feminino, 13 (treze) o gênero masculino e 2 (dois) outras identidades de gênero ou orientações sexo afetivas. Do total de 33 (trinta e três) delegados/as, 17 (dezessete) deverão representar a sociedade civil e 16 (dezesesseis) o poder público. Além disso, 20 (vinte) pessoas deverão ser negras, dado o percentual de pessoas negras no estado supracitado, 10 (dez) delegados/as natos/as (conselheiros/as estaduais), 2 (duas) pessoas idosas, 1 (uma) pessoa indígena e 1 (uma) pessoa com deficiência. Destaque: o total de delegados/as, considerando as particularidades de gênero, vínculo, questão étnico-racial, geracional e deficiência não poderão ultrapassar 33 (trinta e três).

4.1.9 Goiás

O estado de Goiás elegerá em sua Conferência Estadual 43 (quarenta e três) delegados/as para a 4ª Conferência Nacional. Dos 43 (quarenta e três), 23 (vinte e três) deverão representar o gênero feminino, 17 (dezessete) o gênero masculino e 3 (três) outras identidades de gênero ou orientações sexo afetivas. Do total de 43 (quarenta e três) delegados/as, 22 (vinte e dois) deverão representar a sociedade civil e 21 (vinte e um) o poder público. Além disso, 27 (vinte e sete) pessoas deverão ser negras, dado o percentual de pessoas negras no estado supracitado, 13 (treze) delegados/as natos/as (conselheiros/as estaduais), 2 (duas) pessoas idosas, 1 (uma) pessoa indígena e 1 (uma) pessoa com deficiência. Destaque: o total de delegados/as, considerando as particularidades de gênero, vínculo, questão étnico-racial, geracional e deficiência não poderão ultrapassar 43 (quarenta e três).

4.1.10 Maranhão

O estado do Maranhão elegerá em sua Conferência Estadual 43 (quarenta e três) delegados/as para a 4ª Conferência Nacional. Dos 43 (quarenta e três), 23 (vinte e três) deverão representar o gênero feminino, 17 (dezessete) o gênero masculino e 3 (três) outras identidades de gênero ou orientações sexo afetivas. Do total de 43 (quarenta e três) delegados/as, 22 (vinte e dois) deverão representar a sociedade civil e 21 (vinte e um) o poder público. Além disso, 34 (trinta e quatro) pessoas deverão ser negras, dado o percentual de pessoas negras no estado supracitado, 13 (treze) delegados/as natos/as (conselheiros/as estaduais), 2 (duas) pessoas idosas, 1 (uma) pessoa indígena e 1 (uma) pessoa com deficiência. Destaque: o total de delegados/as, considerando as particularidades de gênero, vínculo, questão étnico-racial, geracional e deficiência não poderão ultrapassar 43 (quarenta e três).

4.1.11 Mato Grosso

O estado de Mato Grosso elegerá em sua Conferência Estadual 32 (trinta e dois) delegados/as para a 4ª Conferência Nacional. Dos 32 (trinta e dois), 17 (dezessete) deverão representar o gênero feminino, 13 (treze) o gênero masculino e 2 (dois) outras identidades de gênero ou orientações sexo afetivas. Do total de 32 (trinta e dois) delegados/as, 16 (dezesesseis) deverão representar a sociedade civil e 16 (dezesesseis) o poder público. Além disso, 21 (vinte e um) pessoas deverão ser negras, dado o percentual de pessoas negras no estado supracitado, 10 (dez) delegados/as natos/as (conselheiros/as estaduais), 2 (duas) pessoas idosas, 1 (uma) pessoa indígena e 1 (uma) pessoa com deficiência. Destaque: o total de delegados/as, considerando as particularidades de gênero, vínculo, questão étnico-racial, geracional e deficiência não poderão ultrapassar 32 (trinta e dois).

4.1.12 Mato Grosso do Sul

O estado de Mato Grosso do Sul elegerá em sua Conferência Estadual 29 (vinte e nove) delegados/as para a 4ª Conferência Nacional. Dos 29 (vinte e nove), 15 (quinze) deverão representar o gênero feminino, 12 (doze) o gênero masculino e 2 (dois) outras identidades de gênero ou orientações sexo afetivas. Do total de 29 (vinte e nove) delegados/as, 15 (quinze) deverão representar a sociedade civil e 14 (quatorze) o poder público. Além disso, 16 (dezesesseis) pessoas deverão ser negras, dado o percentual de pessoas negras no estado supracitado, 9 (nove) delegados/as natos/as (conselheiros/as estaduais), 1 (uma) pessoa idosa, 1 (uma) pessoa indígena e 1 (uma) pessoa com deficiência. Destaque: o total de delegados/as, considerando as particularidades de gênero, vínculo, questão étnico-racial, geracional e deficiência não poderão ultrapassar 29 (vinte e nove).

4.1.13 Minas Gerais

O estado de Minas Gerais elegerá em sua Conferência Estadual 88 (oitenta e oito) delegados/as para a 4ª Conferência Nacional. Dos 88 (oitenta e oito), 47 (quarenta e sete) deverão representar o gênero feminino, 35 (trinta e cinco) o gênero masculino e 6 (seis) outras identidades de gênero ou orientações sexo afetivas. Do total de 88 (oitenta e oito), 44 (quarenta e quatro) deverão representar a sociedade civil e 44 (quarenta e quatro) o poder público. Além disso, 51 (cinquenta e uma) pessoas deverão ser negras, dado o percentual de pessoas negras no estado supracitado, 26 (vinte e seis) delegados/as natos/as (conselheiros/as estaduais), 4 (quatro) pessoas idosas, 2 (duas) pessoas indígenas e 2 (duas) pessoas com deficiência. Destaque: o total de delegados/as, considerando as particularidades de gênero, vínculo, questão étnico-racial, geracional e deficiência não poderão ultrapassar 88 (oitenta e oito).

4.1.14 Pará

O estado do Pará elegerá em sua Conferência Estadual 48 (quarenta e oito) delegados/as para a 4ª Conferência Nacional. Dos 48 (quarenta e oito), 26 (vinte e seis) deverão representar o gênero feminino, 19 (dezenove) o gênero masculino e 3 (três) outras identidades de gênero ou orientações sexo afetivas. Do total de 48 (quarenta e oito), 24 (vinte e quatro) deverão representar a sociedade civil e 24 (vinte e quatro) o poder público. Além disso, 38 (trinta e oito) pessoas deverão ser negras, dado o percentual de pessoas negras no estado supracitado, 14 (quatorze) delegados/as natos/as (conselheiros/as estaduais), 2 (duas) pessoas idosas, 1 (uma) pessoa indígena e 1 (uma) pessoa com deficiência. Destaque: o total de delegados/as, considerando as particularidades de gênero, vínculo, questão étnico-racial, geracional e deficiência não poderão ultrapassar 48 (quarenta e oito).

4.1.15 Paraíba

O estado da Paraíba elegerá em sua Conferência Estadual 33 (trinta e três) delegados/as para a 4ª Conferência Nacional. Dos 33 (trinta e três), 18 (dezoito) deverão representar o gênero feminino, 13 (treze) o gênero masculino e 2 (dois) outras identidades de gênero ou orientações sexo afetivas. Do total de 33 (trinta e três) delegados/as, 17 (dezessete) deverão representar a sociedade civil e 16 (dezesesseis) o poder público. Além disso, 21 (vinte e uma) pessoas deverão ser negras, dado o percentual de pessoas negras no estado supracitado, 10 (dez) delegados/as natos/as (conselheiros/as estaduais), 2 (duas) pessoas idosas, 1 (uma) pessoa indígena e 1 (uma) pessoa com deficiência. Destaque: o total de delegados/as, considerando as particularidades de gênero, vínculo, questão étnico-racial, geracional e deficiência não poderão ultrapassar 33 (trinta e três).

4.1.16 Paraná

O estado do Paraná elegerá em sua Conferência Estadual 58 (cinquenta e oito) delegados/as para a 4ª Conferência Nacional. Dos 58 (cinquenta e oito), 31 (trinta e um) deverão representar o gênero feminino, 23 (vinte e três) o gênero masculino e 4 (quatro) outras identidades de gênero ou orientações sexo afetivas. Do total de 58 (cinquenta e oito), 29 (vinte e nove) deverão representar a sociedade civil e 29 (vinte e nove) o poder público. Além disso, 20 (vinte) pessoas deverão ser negras, dado o percentual de pessoas negras no estado supracitado, 17 (dezessete) delegados/as natos/as (conselheiros/as estaduais), 3 (três) pessoas idosas, 1 (uma) pessoa indígena e 1 (uma) pessoa com deficiência. Destaque: o total de delegados/as, considerando as particularidades de gênero, vínculo, questão étnico-racial, geracional e deficiência não poderão ultrapassar 58 (cinquenta e oito).

4.1.17 Pernambuco

O estado de Pernambuco elegerá em sua Conferência Estadual 50 (cinquenta) delegados/as para a 4ª Conferência Nacional. Dos 50 (cinquenta), 27 (vinte e sete) deverão representar o gênero feminino, 20 (vinte) o gênero masculino e 3 (três) outras identidades de gênero ou orientações sexo afetivas. Do total de 50 (cinquenta), 25 (vinte e cinco) deverão representar a sociedade civil e 25 (vinte e cinco) o poder público. Além disso, 33 (trinta e três) pessoas deverão ser negras, dado o percentual de pessoas negras no estado supracitado, 15 (quinze) delegados/as natos/as (conselheiros/as estaduais), 2 (duas) pessoas idosas, 1 (uma) pessoa indígena e 1 (uma) pessoa com deficiência. Destaque: o total de delegados/as, considerando as particularidades de gênero, vínculo, questão étnico-racial, geracional e deficiência não poderão ultrapassar 50 (cinquenta).

4.1.18 Piauí

O estado do Piauí elegerá em sua Conferência Estadual 31 (trinta e um) delegados/as para a 4ª Conferência Nacional. Dos 31 (trinta e um), 17 (dezessete) deverão representar o gênero feminino, 12 (doze) o gênero masculino e 2 (dois) outras identidades de gênero ou orientações sexo afetivas. Do total de 31 (trinta e um) delegados/as, 16 (dezesseis) deverão representar a sociedade civil e 15 (quinze) o poder público. Além disso, 24 (vinte e quatro) pessoas deverão ser negras, dado o percentual de pessoas negras no estado supracitado, 9 (nove) delegados/as natos/as (conselheiros/as estaduais), 2 (duas) pessoas idosas, 1 (uma) pessoa indígena e 1 (uma) pessoa com deficiência. Destaque: o total de delegados/as, considerando as particularidades de gênero, vínculo, questão étnico-racial, geracional e deficiência não poderão ultrapassar 31 (trinta e um).

4.1.19 Rio de Janeiro

O estado do Rio de Janeiro elegerá em sua Conferência Estadual 73 (setenta e três) delegados/as para a 4ª Conferência Nacional. Dos 73 (setenta e três), 39 (trinta e nove) deverão representar o gênero feminino, 29 (vinte e nove) o gênero masculino e 5 (cinco) outras identidades de gênero ou orientações sexo afetivas. Do total de 73 (setenta e três), 37 (trinta e sete) deverão representar a sociedade civil e 36 (trinta e seis) o poder público. Além disso, 42 (quarenta e duas) pessoas deverão ser negras, dado o percentual de pessoas negras no estado supracitado, 22 (noventa e dois) delegados/as natos/as (conselheiros/as estaduais), 4 (quatro) pessoas idosas, 1 (uma) pessoa indígena e 1 (uma) pessoa com deficiência. Destaque: o total de delegados/as, considerando as particularidades de gênero, vínculo, questão étnico-racial, geracional e deficiência não poderão ultrapassar 73 (setenta e três).

4.1.20 Rio Grande do Norte

O estado do Rio Grande do Norte elegerá em sua Conferência Estadual 31 (trinta e um) delegados/as para a 4ª Conferência Nacional. Dos 31 (trinta e um), 17 (dezessete) deverão representar o gênero feminino, 12 (doze) o gênero masculino e 2 (dois) outras identidades de gênero ou orientações sexo afetivas. Do total de 31 (trinta e um) delegados/as, 16 (dezesseis) deverão representar a sociedade civil e 15 (quinze) o poder público. Além disso, 19 (dezenove) pessoas deverão ser negras, dado o percentual de pessoas negras no estado supracitado, 9 (nove) delegados/as natos/as (conselheiros/as estaduais), 2 (duas) pessoas idosas, 1 (uma) pessoa indígena e 1 (uma) pessoa com deficiência. Destaque: o total de delegados/as, considerando as particularidades de gênero, vínculo, questão étnico-racial, geracional e deficiência não poderão ultrapassar 31 (trinta e um).

4.1.21 Rio Grande do Sul

O estado do Rio Grande do Sul elegerá em sua Conferência Estadual 56 (cinquenta e seis) delegados/as para a 4ª Conferência Nacional. Dos 56 (cinquenta e seis), 29 (vinte e nove) deverão representar o gênero feminino, 23 (vinte e três) o gênero masculino e 4 (quatro) outras identidades de gênero ou orientações sexo afetivas. Do total de 56 (cinquenta e seis), 28 (vinte e oito) deverão representar a sociedade civil e 28 (vinte e oito) o poder público. Além disso, 12 (doze) pessoas deverão ser negras, dado o percentual de pessoas negras no estado supracitado, 17 (dezessete) delegados/as natos/as (conselheiros/as estaduais), 3 (três) pessoas idosas, 1 (uma) pessoa indígena e 1 (uma) pessoa com deficiência. Destaque: o total de delegados/as, considerando as particularidades de gênero, vínculo, questão étnico-racial, geracional e deficiência não poderão ultrapassar 56 (cinquenta e seis).

4.1.22 Rondônia

O estado de Rondônia elegerá em sua Conferência Estadual 25 (vinte e cinco) delegados/as para a 4ª Conferência Nacional. Dos 25 (vinte e cinco), 13 (treze) deverão representar o gênero feminino, 10 (dez) o gênero masculino e 2 (dois) outras identidades de gênero ou orientações sexo afetivas. Do total de 25 (vinte e cinco) delegados/as, 13 (treze) deverão representar a sociedade civil e 12 (doze) o poder público. Além disso, 17 (dezessete) pessoas deverão ser negras, dado o percentual de pessoas negras no estado supracitado, 8 (oito) delegados/as natos/as (conselheiros/as estaduais), 1 (uma) pessoa idosa, 1 (uma) pessoa indígena e 1 (uma) pessoa com deficiência. Destaque: o total de delegados/as, considerando as particularidades de gênero, vínculo, questão étnico-racial, geracional e deficiência não poderão ultrapassar 25 (vinte e cinco).

4.1.23 Roraima

O estado de Roraima elegerá em sua Conferência Estadual 22 (vinte e dois) delegados/as para a 4ª Conferência Nacional. Dos 22 (vinte e dois), 11 (onze) deverão representar o gênero feminino, 9 (nove) o gênero masculino e 2 (dois) outras identidades de gênero ou orientações sexo afetivas. Do total de 22 (vinte e dois) delegados/as, 11 (onze) deverão representar a sociedade civil e 11 (onze) o poder público. Além disso, 14 (quatorze) pessoas deverão ser negras, dado o percentual de pessoas negras no estado supracitado, 7 (sete) delegados/as natos/as (conselheiros/as estaduais) e 1 (uma) pessoa idosa. Destaque: o total de delegados/as, considerando as particularidades de gênero, vínculo, questão étnico-racial e geracional não poderão ultrapassar 22 (vinte e dois).

4.1.24 Santa Catarina

O estado de Santa Catarina elegerá em sua Conferência Estadual 45 (quarenta e cinco) delegados/as para a 4ª Conferência Nacional. Dos 45 (quarenta e cinco), 24 (vinte e quatro) deverão representar o gênero feminino, 18 (dezoito) o gênero masculino e 3 (três) outras identidades de gênero ou orientações sexo afetivas. Do total de 45 (quarenta e cinco), 23 (vinte e três) deverão representar a sociedade civil e 22 (vinte e dois) o poder público. Além disso, 11 (onze) pessoas deverão ser negras, dado o percentual de pessoas negras no estado supracitado, 14 (quatorze) delegados/as natos/as (conselheiros/as estaduais), 2 (duas) pessoas idosas, 1 (uma) pessoa indígena e 1 (uma) pessoa com deficiência. Destaque: o total de delegados/as, considerando as particularidades de gênero, vínculo, questão étnico-racial, geracional e deficiência não poderão ultrapassar 45 (quarenta e cinco).

4.1.25 São Paulo

O estado de São Paulo elegerá em sua Conferência Estadual 166 (cento e sessenta e seis) delegados/as para a 4ª Conferência Nacional. Dos 166 (cento e sessenta e seis), 88 (oitenta e oito) deverão representar o gênero feminino, 66 (sessenta e seis) o gênero masculino e 12 (doze) outras identidades de gênero ou orientações sexo afetivas. Do total 166 (cento e sessenta e seis), 83 (oitenta e três) deverão representar a sociedade civil e 83 (oitenta e três) o poder público. Além disso, 68 (sessenta e oito) pessoas deverão ser negras, dado o percentual de pessoas negras no estado supracitado, 50 (cinquenta) delegados/as natos/as (conselheiros/as estaduais), 8 (oito) pessoas idosas, 3 (três) pessoas indígenas e 3 (três) pessoas com deficiência. Destaque: o total de delegados/as, considerando as particularidades de gênero, vínculo, questão étnico-racial, geracional e deficiência não poderão ultrapassar 166 (cento e sessenta e seis).

4.1.26 Sergipe

O estado de Sergipe elegerá em sua Conferência Estadual 27 (vinte e sete) delegados/as para a 4ª Conferência Nacional. Dos 27 (vinte e sete), 15 (quinze) deverão representar o gênero feminino, 10 (dez) o gênero masculino e 2 (dois) outras identidades de gênero ou orientações sexo afetivas. Do total de 27 (vinte e sete) delegados/as, 14 (quatorze) deverão representar a sociedade civil e 13 (treze) o poder público. Além disso, 20 (vinte) pessoas deverão ser negras, dado o percentual de pessoas negras no estado supracitado, 8 (oito) delegados/as natos/as (conselheiros/as estaduais), 1 (uma) pessoa idosa, 1 (uma) pessoa indígena e 1 (uma) pessoa com deficiência. Destaque: o total de delegados/as, considerando as particularidades de gênero, vínculo, questão étnico-racial, geracional e deficiência não poderão ultrapassar 27 (vinte e sete).

4.1.27 Tocantins

O estado do Tocantins elegerá em sua Conferência Estadual 25 (vinte e cinco) delegados/as para a 4ª Conferência Nacional. Dos 25 (vinte e cinco), 13 (treze) deverão representar o gênero feminino, 10 (dez) o gênero masculino e 2 (dois) outras identidades de gênero ou orientações sexo afetivas. Do total de 25 (vinte e cinco) delegados/as, 13 (treze) deverão representar a sociedade civil e 12 (doze) o poder público. Além disso, 19 (dezenove) pessoas deverão ser negras, dado o percentual de pessoas negras no estado supracitado, 8 (oito) delegados/as natos/as (conselheiros/as estaduais), 1 (uma) pessoa idosa, 1 (uma) pessoa indígena e 1 (uma) pessoa com deficiência. Destaque: o total de delegados/as, considerando as particularidades de gênero, vínculo, questão étnico-racial, geracional e deficiência não poderão ultrapassar 25 (vinte e cinco).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No bojo do presente Documento Orientador que se torna público o CNLGBTQIA+ orienta acerca da realização das Conferências Locais, Estaduais, Livres e do Distrito Federal, especificamente no que se refere ao tema, aos eixos temáticos e ao número de delegados/as de cada estado para a 4ª Conferência Nacional.

Brasília, fevereiro de 2024.

Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+ – CNLGBTQIA+

APÊNDICE 1 – Dicas para a organização das etapas preparatórias para a 4ª Conferência Nacional

DICAS PARA A ORGANIZAÇÃO DAS ETAPAS PREPARATÓRIAS PARA A 4ª CONFERÊNCIA NACIONAL LGBTQIA+

As Conferências são espaços de participação social na formulação, monitoramento e avaliação de políticas de promoção e defesa dos direitos das pessoas LGBTQIA+, por intermédio do diálogo entre o poder público, sociedade civil organizada e demais pessoas interessadas na agenda.

A 4ª Conferência Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+ e suas etapas preparatórias (locais, estaduais, do Distrito Federal e livres) representam importantes marcos históricos na participação e no controle social da população LGBTQIA+, após a sua suspensão em 2018. Ademais, a criação do Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+, em 6 de abril de 2023, pelo Decreto nº 11.471, traduz a retomada da democracia participativa LGBTQIA+ ao estabelecer este como um órgão colegiado de natureza consultiva e deliberativa, que tem por finalidade colaborar na formulação e no estabelecimento de ações, de diretrizes e de medidas governamentais referentes às pessoas lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, queers, intersexos, assexuais e outras.

Nesse sentido, a 4ª Conferência Nacional prevê que a construção da agenda a ser debatida entre os dias 14 e 18 de maio de 2025 inicie de forma descentralizada, de modo que as discussões de caráter nacional sejam representativas das demandas, anseios, perspectivas e expectativas dos diferentes estados brasileiros, que nas suas particularidades apresentam demandas singulares ao seu território e à sua formação social, política e

econômica.

O tema central da Conferência Nacional, que deverá ser o tema das etapas preparatórias, será **“Construindo a Política Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA”**, norteado a partir dos seguintes objetivos: 1) propor diretrizes para a criação e a implementação de políticas públicas destinadas ao enfrentamento da discriminação contra as pessoas LGBTQIA+ e à promoção dos direitos humanos e da cidadania das pessoas LGBTQIA+; e (2) elaborar diretrizes para a criação do Plano Nacional de Promoção dos Direitos Humanos e da Cidadania das Pessoas LGBTQIA+.

Cabe evidenciar que todas as etapas devem ser organizadas conjuntamente entre o poder público e a sociedade civil, tendo seus debates organizados à luz dos eixos temáticos dispostos no Documento Orientador, sendo: Eixo 1: Enfrentamento à violência LGBTQIA+; Eixo 2: Trabalho digno e geração de renda à população LGBTQIA+; Eixo 3: Interseccionalidade e Internacionalização; e Eixo 4: Institucionalização da Política Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+.

Neste sentido, tanto o tema quanto os eixos temáticos devem ser abordados nas etapas preparatórias locais, estaduais, livres e do Distrito Federal.

Neste apêndice sugestionamos às Comissões Organizadoras dicas para a organização das etapas preparatórias (locais, estaduais, livres e do Distrito Federal), segmentadas em “antes”, “durante” e “depois” da etapa.

ANTES DA ETAPA

1. Quem organiza?

Para iniciar a organização das etapas preparatórias (locais, estaduais, livres e do Distrito Federal) a primeira ação é instituir a Comissão Organizadora, assegurando a paridade entre representação do poder público e da sociedade civil, podendo ser dividida em grupos de trabalho ou subcomissões. A Comissão Organizadora deve contar com suporte técnico e assessoria especializada para realização qualitativa de todas as

atividades desta etapa, bem como elaborar a divisão de atividades e responsabilidades para melhor organização da conferência.

É de suma importância que a divisão de responsabilidades/demandas entre a Comissão Organizadora seja definida no início do processo, estruturando o planejamento estratégico garantindo a mobilização, moderação/facilitação, infraestrutura e logística, entre outras atividades, cobrindo todas as frentes de trabalho que a Conferência exigirá.

Para propiciar a definição de comissões/frentes de trabalho, indicamos pensar nos seguintes grupos:

- a) Infraestrutura e logística: deve garantir a definição do local e dos equipamentos necessários para o desenvolvimento da conferência; deve assegurar a condução das subcomissões de limpeza, segurança e alimentação, quando necessárias;
- b) Mobilização: a mobilização deve considerar os objetivos da etapa preparatória, organizando um plano de mobilização prévio dando consequência à amplitude da participação social da população LGBTQIA+ na etapa;
- c) Credenciamento: organizar o processo de inscrição e o acesso dos/as participantes ao ambiente da Conferência;
- d) Metodologia/programação: deve propor a metodologia adequada à etapa - com base na temática da Conferência Nacional, dos eixos dispostos no Documento Orientador e no Texto-Base da Conferência, respeitando as singularidades dos territórios e suas demandas. Cabe à metodologia prevista articular os facilitadores/moderadores para as mesas, rodas de conversa, fóruns, entre outros formatos, que serão definidos pela frente de trabalho. No que tange à programação, esta deve assegurar o acompanhamento do andamento da programação, estando atenta à mudança e/ou readequação de horários e atividades;
- e) Comunicação: esta frente é responsável por elaborar um plano de comunicação com contatos com a imprensa, cobertura do

evento, divulgação e elaboração de materiais para contribuir com a mobilização;

f) Cultural: propor e garantir, quando houver, atividades culturais e de integração.

Existem outras possibilidades de comissões/equipes/frentes de trabalho, como, por exemplo, sistematização das propostas, coordenações, secretaria, finanças, a depender da demanda compreendida pela Comissão Organizadora. No entanto, é necessário que todas possuam responsáveis com papel de coordenar e estar em contato constante com a Comissão Organizadora antes, durante e depois da etapa.

2. Quem participa das etapas?

Participam das etapas todas as pessoas da sociedade civil, o poder público e demais pessoas interessadas na agenda, de forma a ampliar os debates da promoção e defesa dos direitos das pessoas LGBTQIA+. Cabe à Comissão Organizadora definir o número de participantes, compreendendo que a etapa (local, estadual, livres e do Distrito Federal) elege delegados/as, conforme a **Figura 1**, e respeitando a tabela de detalhamento de delegados/as eleitos/as por Estado para a Conferência Nacional disponível no Documento Orientador (Tabela 1 e Tabela 2).

Figura 1 - Sistematização das etapas



3. Preparando a etapa

- Regimento Interno: a Comissão Organizadora deve elaborar o Regimento Interno da etapa preparatória, que disporá do quórum e das metodologias que assegurem, de forma ampla e representativa, a participação de segmentos sociais, de entidades interessadas e comprometidas com a promoção e defesa dos direitos da população LGBTQIA+, bem como dispor do processo eleitoral e os percentuais de aprovação das propostas apresentadas.
- Convocação: a Comissão Organizadora (locais, estaduais, livres e do Distrito Federal) convocará a etapa preparatória informando o local, data prevista e o número de participantes, com no mínimo 30 dias antes da realização da etapa, respeitando o calendário disposto no Decreto nº 11.848, de 26 de dezembro de 2023. Sugere-se que as etapas possuam duração de dois a três dias. Outro ponto que deve ser observado é a data escolhida entre dias úteis, fins de semana ou feriados, para que a data contemple a maioria dos participantes inscritos.

- Subsídios para o planejamento e realização da etapa: o Documento Orientador do processo de organização das etapas estará disponível no site da 4ª Conferência Nacional, bem como o Texto Base. É de responsabilidade exclusiva da Comissão Organizadora a consulta periódica à plataforma para fins de atualização e conhecimento das orientações.
- Estratégias de mobilização, qualificação e divulgação da etapa: a Comissão Organizadora deve proporcionar a formação antecipada dos participantes da etapa, de modo a qualificá-los/as para o debate. Tal qualificação deverá constar em sua estratégia de mobilização, por meio de reuniões, palestras, encontros presenciais e virtuais; entre outras, considerando as singularidades e demandas de cada território das etapas locais, estaduais e do Distrito Federal.

No plano estratégico de mobilização deve conter o número de participantes a ser alcançado e definições das iniciativas que cumpram com objetivo, aliado ao plano estratégico de comunicação com: 1) divulgação nas páginas oficiais dos estados e municípios; 2) convite à autoridades, movimentos e instituições atuantes na agenda LGBTQIA+; 3) divulgação nas redes sociais e imprensa; 4) articulação com organizações, parceiros e empresas com intenção de apoiar a etapa; e 5) realização de campanhas publicitárias convocando para a etapa.

DURANTE A ETAPA

Ao definir o espaço para a etapa, na modalidade presencial, a Comissão Organizadora, junto à coordenação de infraestrutura, deve observar se o espaço está apto para receber a quantidade de participantes prevista em sua convocação e se o local se encontra de acordo com as normativas de acessibilidade e com estrutura para mudança de clima.

Durante a etapa, a Comissão Organizadora deve estar em constante contato a fim de minimizar e/ou adiantar-se na resolução de problemáticas de cunho estrutural, político, ideológico e de violências contra as pessoas LGBTQIA+ que possam surgir.

O credenciamento deve ocorrer no início da etapa no local de realização, sendo todos/as participantes identificados com pulseiras de acesso, crachás e/ou outros elementos que os caracterizem e devem preencher formulários com dados pessoais que possibilitem, ainda, geração de certificação, quando houver. É atribuição da Comissão Organizadora definir o formato do credenciamento e aplicá-lo às/ao participantes da etapa.

Um planejamento estratégico qualitativo, realizado pela Comissão Organizadora, é o que garantirá a processualidade das etapas locais, estaduais, das livres e do Distrito Federal. Dessa maneira, nos dias de realização da etapa preparatória, é atribuição da Comissão Organizadora coordenar, supervisionar e acompanhar toda execução do planejamento, assim como assegurar a lisura do processo eleitoral que definirá, segundo Regimento da Etapa, os/as delegados/as para a 4ª Conferência Nacional. Por fim, a Comissão Organizadora deve conduzir o processo de sistematização do Relatório Final da etapa, que deverá ser incorporado ao site da 4ª Conferência Nacional, dando destaque ao diagnóstico, à recomendação e propostas aprovadas em cada conferência, assim como deverá cadastrar os/as delegados/as eleitos/as no supracitado site para a manutenção dos dados atualizados das pessoas participantes das etapas.

APÓS A ETAPA

A Comissão Organizadora, ao final da etapa preparatória, deve permanecer atuante a fim de certificar que as definições estabelecidas, as propostas, a lista de participação, a listagem da delegação eleita seja disponibilizada à etapa seguinte e divulgada para a sociedade, observando o calendário proposto.